

Morte ao método: Uma provocação¹

Jeff Ferrell

Professor da Texas Christian University

Traduzido por: Salo de Carvalho e Simone Hailliot

Os criminólogos estão diante de duas crises contemporâneas. Da primeira, desdobramento das crises do capitalismo global e de governabilidade, resulta a espiralização de danos como a desorganização social, o encarceramento, o empobrecimento e a degradação ambiental. Dentre essas espirais, também emerge, infelizmente, uma série de novos fenômenos que demandam dos criminólogos um olhar crítico: novas formas de irrupção da violência, de vigilância e de controle estatais, crimes decorrentes da incerteza econômica e existencial, condutas ilegais na administração das corporações e tensões relativas à sustentabilidade social e ambiental. Essa crise talvez indique a promessa de mudanças progressivas. Mas se Marx e Merton estiverem razoavelmente certos, ela certamente contém o tipo de contradição a partir da qual emergem novas formas de crime e de predação.

A segunda crise é a da própria criminologia. Atualmente mutilada por sua metodologia, seu potencial de análise e de crítica resta perdido em um emaranhado de questionários de pesquisa tipo *survey*, de conjuntos de dados e tratamentos estatísticos. Pior: a criminologia se rendeu ao fetiche dessas metodologias. Tais métodos são não apenas ampla e acriticamente utilizados pelos pesquisadores contemporâneos, mas também detalhados e reificados a ponto de, para muitos criminólogos, substituir o próprio crime e seu controle, que deveriam ser os objetos *de facto* da disciplina. A criminologia, assim, se volta duplamente contra si mesma: primeiro, abraça métodos completamente inadequados e inapropriados para o estudo das relações humanas; depois, os torna seu evangelho.

¹ "Kill Method: A Provocation", publicado originalmente no *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, Vol. 1, nº 1, 2009.

A segunda crise exclui o engajamento da criminologia com os problemas apresentados pela primeira. Passadas algumas décadas, questionários, estatísticas e outras metodologias “objetivas” serviram para uni-la cada vez mais à “Justiça Criminal”, seja como pseudodisciplina ou prática estatal. Transformada em acessório da Justiça, a criminologia não apenas conspira para “policiar a crise”, como sustenta instituições subjacentes a ela. Além disso, a criminologia está afastada da teoria crítica e voltada para as práticas de controle do crime, de cálculo de riscos e de gerenciamento de dados. Essa trajetória torna a pesquisa criminológica ainda mais impenetrável – para não dizer desagradável e inútil – a cidadãos, movimentos urbanos progressistas, jovens ativistas políticos, e a outros grupos que poderiam ser incorporados ao projeto criminológico de enfrentamento da crise contemporânea global. Casada com o Sistema de Justiça Criminal e divorciada das nuances políticas da vida cotidiana, a criminologia estreita sua visão exatamente no momento em que mais se necessita de um engajamento amplo e crítico.

Enquanto Roma ardia em chamas, Nero tocava violino. Enquanto nosso mundo sucumbe, a criminologia calcula.

O entrelaçamento de crises – a da política global, do crime e da economia e a incapacidade metodológica da criminologia de enfrentar criticamente essa situação – pode ser abordado de diversas formas. Os seminários de estatística avançada ou de elaboração de questionários poderiam ser cancelados sumariamente e seus participantes enviados para adornar praças ou participar de programas de atendimento a crianças carentes. A criminologia poderia ser declarada um fracasso ou uma fraude como disciplina acadêmica, e os programas de pós-graduação e publicações poderiam ser transformados em cursos de arte, história ou teatro – ou, se a atual orientação se mantiver, poderiam simplesmente ser transformados em programas de ciência atuarial. Como alternativa, ela pode continuar sendo uma disciplina, mas, como tal, os pesquisadores da área podem organizar seminários sobre prática política revolucionária, *mídia do-it-yourself* e economia autossustentável. Afinal de contas, tempos perigosos demandam pensamentos perigosos.

Aqui, pois, ofereço distintos tipos de proposições e provocações para salvar a criminologia e promover seu engajamento crítico na atual crise global.

Morte ao método.

O fetichismo da metodologia

O termo fetichismo geralmente sugere duas formas de relação entre significado e mundo material. A primeira é a atribuição de vitalidade a objetos inanimados: é como se o objeto mesmo fosse visto como materialização daquilo que, de outra maneira, poderia ser compreendido como ação humana ou prática cultural. A segunda forma, de modo semelhante, é o fetichismo como um tipo de preocupação artificial com fragmentos de uma totalidade. Para o antropólogo, portanto, o fetichismo pode ser investigado como um tipo de misticismo religioso em que vários grupos atribuem força espiritual aos objetos fetichizados. Para os marxistas, o “fetichismo da mercadoria” significa não tanto misticismo quanto mistificação – uma ideia capitalista essencial segundo a qual as mercadorias personificam os valores, de modo que o trabalho humano que cria o valor é esquecido. Para o fetichista sexual, o dedo do pé ou o lóbulo da orelha emerge como objeto de afeto, um substituto para a dinâmica mais ampla da sexualidade e da sedução.

A cultura metodológica da criminologia contemporânea opera exatamente dessa forma. Criminólogos ortodoxos acreditam que a pesquisa por questionários e a análise estatística estão de alguma forma misticamente dotadas do poder da “objetividade”, que personificam o espírito da investigação científica, da precisão matemática e da análise não passional. Eles acham que esses métodos operam sem influência das emoções e das ações humanas, que eles podem extrair “dados” objetivos e conhecimento útil daqueles que são seus alvos, podem produzir resultados válidos “reproduzíveis” independentemente do pesquisador, podem expurgar “erros” e “subjetividades” do processo de investigação. E, assim como o fetichista sexual, o criminólogo ortodoxo restringe seu olhar apenas às minúcias de sua metodologia e às minúcias sociais que seu método procura analisar, quase sempre se esquecendo da dinâmica maior do crime, da transgressão, do saber e do poder.

Não é assim, porém, que a criminologia deve ser, nem é o modo como sempre foi. Historicamente, muitos dos trabalhos fundamentais da criminologia surgiram de abordagens idiossincráticas, impressionistas e “indisciplinadas” que pouco se assemelham a qualquer tipo de metodologia formalizada

(ADLER e ADLER, 1998). Quando, nas décadas de 20 e 30, os acadêmicos da Escola de Chicago pesquisavam, o faziam basicamente respeitando seus sentimentos e compromissos. A pesquisa para o livro de 571 páginas de Frederic Thrasher (1927, p. XIII, 79), *A gangue*, “durou um período aproximado de sete anos”, e o autor não apenas apresenta em detalhe suas impressões sobre “a emocionante vida na rua das gangues”, como também inclui suas próprias fotos *in situ* de rituais e do cotidiano da vida juvenil das gangues. Décadas mais tarde, pesquisadores vinculados à National Deviancy Conference da Grã-Bretanha (YOUNG, 1971, e COHEN, 1972, por exemplo) e pesquisadores norte-americanos como Howard Becker (1963) e Ned Polsky (1967), igualmente desenvolveram pesquisas que se mantêm na base da criminologia, pesquisas que surgiram não de metodologias preconcebidas, mas do estilo de vida marginal e das predileções (i)morais de seus autores.

Ainda assim, passadas cerca de seis décadas – sobretudo nas mais recentes – a criminologia absolutamente não abandonou a tradição de pesquisa engajada e fluida em prol do fetichismo da metodologia. Essa trajetória iniciou-se em parte após a Segunda Guerra Mundial, com o direcionamento de verbas governamentais para a academia. “Vasto financiamento, professores empreendedores e agentes de políticas públicas ávidos por algo que se parecesse com conhecimento técnico formaram a mistura que forneceu o combustível”, diz o historiador Mark Mazower (2008, pp. 36-42).

Enormes somas de dinheiro foram subitamente despejadas nas universidades... Os cientistas sociais que receberam as verbas ofereceram a assistência técnica que simplificou o mundo e o tornou governável, utilizando as ciências comportamentais ou os modelos econômicos matemáticos. Transformaram questões humanas em bancos de dados; padrões culturais em formulários de reação comportamental. E substituíram a confusa multiplicidade de palavras e idiomas pela linguagem quantificável e universal da ciência.

Na sociologia, acrescenta Chapoulie (1996, p. 11), “a utilização de ferramentas estatísticas e da linguagem das ciências naturais centrada na comprovação foi claramente uma forma de aumentar a legitimidade científica de uma disciplina não reconhecida plenamente nem na universidade nem fora dela”.

Especialmente para a criminologia, essa tendência se acelerou nos últimos anos, com a ascensão da “justiça criminal”, os imperativos de investimento do National Institute of Justice² e outras burocracias, e a consequente demanda por pesquisas metodologicamente vendáveis, politicamente financiáveis e burocraticamente úteis para gestores públicos e agentes da Justiça Criminal. Nesse ambiente criminológico de conhecimento racionalizado e de aspiração monetária, há pouco espaço para pesquisas impressionistas, inovadoras e emergentes. De fato, nesse ambiente, não há lugar para os trabalhos fundamentais da criminologia. Não seriam financiados; não teriam permissão de serem desenvolvidos sob as diretrizes do Institutional Review Board³; não seriam aceitos por editores para publicação; não teriam valor para as comissões de titulação e promoção. Seriam rejeitados como pesquisa de campo, ensaio especulativo ou interpretação subjetiva – tudo em decorrência de sua falta de – digamos – rigor metodológico.

Assim, no lugar das vívidas etnografias de Thrasher e Becker, no lugar das teorizações inovadoras de Merton e Sutherland, o que a criminologia ortodoxa oferece hoje? Colocado de outra forma: que tipo de discurso é produzido pelo rigor metodológico, por uma criminologia viciada em questionários, bancos de dados e estatísticas? Qual é o som ambiente do fetichismo metodológico? As respostas não são difíceis de encontrar: são apresentadas em edição após edição da *Criminology*, a principal publicação da criminologia norte-americana.

Crimes cometidos contra o patrimônio de vizinhos produz um impacto de 0.132, comparável àqueles com vitimização do próprio patrimônio (0.121). (WADSWORTH e ROBERTS, 2008, p. 827)

É importante lembrar que uma das principais vantagens do modelo *Tobit* é que ele trata explicitamente do valor mínimo da medida de delinquência acumulada... (OUSEY e WILCOX, 2007, p. 340)

Um coeficiente de regressão como o y11 para a diferenciação de papéis indica o aumento na tendência de ser um ofensor versus uma vítima, com o aumento de cada unidade em uma variável explicativa (X1), que é expressa como a medida à qual a

2 O National Institute of Justice é um programa do Departamento de Justiça dos Estados Unidos voltado para o financiamento de pesquisas de temas relacionados à Justiça Criminal. (N.T.)

3 O Institutional Review Board é o comitê formalmente designado para aprovar, monitorar e revisar as pesquisas que envolvem seres ou agrupamentos humanos nos Estados Unidos. Trata-se de instituição de avaliação das pesquisas acadêmicas, inspirada nos cânones da bioética. (N.T.)

probabilidade da ofensa excede a de vitimização, ajustada a diferenças nas classificações básicas entre todos os itens. (SCHRECK, STEWART e OSGOOD, 2008 p. 886)

Seria o baixo desempenho de MM decorrência, em parte, da falta de adaptação ao modelo de associação de RC? (WADSWORTH e ROBERTS, 2008, p. 860)

Pode-se argumentar que estes trechos estão sendo utilizados injustamente para representar e criticar os estudos dos quais foram extraídos, retirados do contexto substantivo ou teórico mais amplo da pesquisa. Na realidade, no entanto, não é nem o foco substantivo nem o enquadramento teórico que contextualiza esse tipo de criminologia, mas sim a metodologia de manipulação de dados e de análise quantitativa. A análise estatística orienta e define essa pesquisa. Como os autores deixam claro, a investigação se sustenta ou é abortada em razão de medição e cálculo. Como mostrado inúmeras vezes em extensas tabelas, em elaboradas equações matemáticas que ocupam páginas inteiras e em longas exposições metodológicas que contrastam com breves seções de “discussão” ou “conclusões”, esse tipo de pesquisa criminológica é orientada primordialmente para a edificação de monumentos estatísticos – sobre dados superficiais e uma debilíssima fundação epistemológica.

A citada pesquisa sobre delinquência, por exemplo, direcionada a 9.488 alunos da sétima série no estado de Kentucky, Estados Unidos, obteve menos de 4 mil questionários preenchidos, que, por sua vez, forneceram respostas limitadas e prédefinidas a declarações como “eu converso com minha mãe” e “eu não consigo ficar quieto”. Além disso, os pesquisadores admitiram que “nossa amostra de fato parece não representar os homens”, mas que “sem informações explícitas sobre os não respondentes, entretanto, não podemos saber com precisão em que medida se diferem dos respondentes” (OUSEY e WILCOX, 2007, pp. 322-323, 351-352). No estudo de 2008 sobre os papéis de infrator e vítima, os pesquisadores usaram dados do Instituto de Sociometria de uma pesquisa feita mais de uma década antes (1994-1996) com alunos do ensino fundamental e médio. Embora tenham constatado ambiguidades no instrumento

– de modo que delito e vitimização podem ser confundidos nas próprias perguntas do questionário (!) – os pesquisadores se sentiram à vontade para recodificar a classificação ordinal dos dados da pesquisa original em uma dicotomia sim/não e para “omitir a variável ‘disputa entre gangues’ da lista”, uma vez que “a variável ‘disputas entre gangues’ parecia gerar mais confusão que esclarecimentos.” (SCHRECK, STEWART e OSGOOD, 2008, pp. 871, 881-2). Não satisfeitos, os autores do estudo de 2008 sobre crime/vitimização da propriedade e da mobilidade utilizaram dados do *National Crime Survey* produzidos décadas antes (1980-1985) – dados que não incluíam trailers, “hotéis ou motéis ocupados por hóspedes em deslocamento” ou “alojamentos coletivos (tais como dormitórios ou pensões), porque poucas observações foram encontradas para embasar análises distintas” (WADSWORTH e ROBERTS, 2008, pp. 809, 816-17).

São essas as informações – uma marcação de lápis de uma criança colegial em uma caixa de resposta, um conjunto de dados do Instituto de Sociometria, uma pesquisa de décadas atrás repleta de ambiguidade e omissão – que os pesquisadores depois recodificam e manipulam para chegar a conclusões quantificáveis sobre crime e controle do crime. São questionários respondidos por crianças que podem ou não compreender as perguntas, que podem ou não estar dispostas ou habilitadas para traduzir suas memórias a grupos de respostas codificadas, que podem ou não representar as outras crianças que não responderam ao questionário. Os questionários são cotejados, armazenados e posteriormente recuperados para novas interpretações e codificações. Esses registros são então recodificados novamente em gráficos, tabelas e equações. Imagina-se que *isto* constitua o *conhecimento* sobre crime e delinquência e as conclusões sobre suas causas e consequências? Quão distante está essa metodologia de medição da experiência de crime e vitimização vivida e da profunda compreensão dos criminólogos dessa experiência?

“Oh minh’ alma, constrói para ti majestosas moradas” (HOLMES, 1858) – mas não com números densos como tijolos e não sobre fraudulentas fundações epistemológicas.

Por vezes, as fundações epistemológicas fraudulentas são até mesmo sobrepostas. Conforme recomendação do Departamento de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência (OJJDP,

sigla do nome em inglês) da Secretaria Nacional de Justiça dos Estados Unidos, a Pesquisa Nacional sobre Grupos de Jovens em Conflito com a Lei⁴ calcula o número de gangues e de seus membros em todo o país e identifica fortes tendências nas suas características e atividades. De fato, os relatórios oficiais baseados nos questionários da pesquisa estão tomados por tabelas, quadros, gráficos e fórmulas. No entanto, para adquirir o conhecimento estatístico e longitudinal, o OJJDP envia os questionários não a membros de gangues ou a pesquisadores da comunidade, mas apenas às agências que aplicam as leis. As pessoas designadas a preencher os questionários em cada agência são então instruídas a responder com base em “registros ou em seu conhecimento pessoal”, embora seja “impossível determinar qual”. E mais: “nenhuma definição do que constitui um membro de gangue ou um incidente com uma é dada”, pois “não há consenso acerca do que constitui uma gangue, um membro de uma gangue ou um incidente com uma gangue...” (OJJDP, 1999, p. 7). Dessa forma, a metodologia do OJJDP produz o conhecimento criminológico oficial de uma questão crítica relacionada ao crime – gangues, seus membros e atividades – que talvez seja melhor resumida da seguinte forma: “O que não pode ser estudado diretamente pode, contudo, ser levantado com base nos registros ou talvez nas percepções pessoais daqueles cujo trabalho é exatamente erradicar o que não podem definir com precisão” (FERREL, HAYWARD e YOUNG, 2008, p. 174).

Claro que tudo isso é risível e absurdo, a menos que seu trabalho seja acreditar no contrário, ou seja, que ele dependa de um fetiche metodológico politicamente conveniente que substitui o conhecimento criminológico mundano por números e fórmulas⁵. A propósito: e se seu trabalho for, além disso, estimular a masturbação entre universitários? Em 2006, na Conferência Sutherland da Sociedade Norte-Americana de Criminologia, o professor de políticas públicas e estatística Daniel Nagin (2007, p. 265) citou um experimento clínico recente no qual jovens universitários do sexo masculino foram “instruídos a se masturbar, mas não a ponto de ejacular, enquanto respondiam a uma série de questões relacionadas a sexo”. Ao citar o estudo como “o tipo de investigação sobre a tomada de decisões que, acredito, vai esclarecer temas importantes da criminologia”, auxiliando a “colocar o tema da esco-

4 Do original, “National Youth Gang Survey”. A tradução ajusta o nome aos parâmetros nacionais de forma a permitir ao leitor a contraposição entre as formas de abordagem do tema da delinquência juvenil no Brasil e nos Estados Unidos. (N.T.)

5 O autor utiliza o termo “on-the-ground criminological knowledge”. A tradução literal sugere um saber criminológico fundado nas experiências humanas e, portanto, distinto da racionalidade atuarial das criminologias neopositivistas. Utilizou-se o termo “mundano” para reforçar a ideia de um saber criminológico antimetafísico. (N.T.)

lha para o centro da pesquisa teórica e empírica da criminologia”, Nagin (2007, pp. 262, 266, 269) continua e levanta uma interessante questão metodológica. “Experiências de teorias de amplo alcance”, salientou, “dependem, com frequência, de dados obtidos a partir de pesquisas em que os entrevistados respondem com calma, em estado de desestímulo...”. Já o experimento masturbatório “sugere que as respostas em estado de tranquilidade para a escolha de considerações importantes como julgamentos morais e vínculos sociais podem fornecer uma medição bastante infiel desse fator no estado emocional que comumente acompanha o comportamento criminal.”

Mesmo desconsiderando a questão sobre o que Nagin pode realmente entender sobre os “estados emocionais” tanto das pessoas que respondem a questionários quanto criminosos, seus comentários oferecem uma importante crítica às metodologias criminológicas fetichizadas. Até mesmo um criminólogo professor de estatística e autor de mais de um artigo sobre “modelos Poisson semiparamétricos alterados”, mesmo um criminólogo à vontade com a artificialidade forçada dos julgamentos clínicos e da masturbação controlada não pode deixar de fazer uma indagação básica sobre os dados estatisticamente manipulados que os criminólogos ortodoxos utilizam para testar teorias e medir o crime: que ligação emocional esses dados têm com a realidade do crime e da vitimização? Tais “dados” são não apenas muito suspeitos em termos de clareza, percepção, memória e conhecimento, como muito provavelmente provenientes do registro emocional equivocado.

Nagin e seus masturbadores clínicos confirmam o fetiche masturbatório que é a metodologia criminológica ortodoxa. Contra toda a lógica, criminólogos ortodoxos atribuem a suas pesquisas e sumários estatísticos poderes que, de fato, não se apresentam: precisão, discernimento e avaliação objetiva. Como outros fetichistas, focam nos objetos de fetiche com um tipo de intensidade artificial, revirando-os obsessivamente em suas mentes e computadores, e esquecendo assim o mundo para além de dados e formulários. E de fato tudo isso é essencialmente masturbatório – sobretudo para o prazer de um pequeno círculo de editores de revistas acadêmicas, comitês de pesquisa e funcionários do governo – e especialmente incomum no enorme e perigosíssimo mundo para além do carreirismo acadêmico e de burocráticas políticas.

A criminologia, e o enorme mundo circundante, ficaria bem melhor sem isso tudo.

Uma alternativa de... método?

Uma alternativa a tudo isso já foi encontrada – uma alternativa que talvez possa nutrir um comprometimento crítico da criminologia com o mundo contemporâneo e suas crises: a tradição de trabalho de campo etnográfico abrangente e profundamente engajado praticado pelos pesquisadores da Escola de Chicago, por gerações de metodólogos qualitativos posteriores e por alguns criminólogos dos dias de hoje. No entanto, mesmo para eles, os efeitos debilitantes do fetichismo permanecem perigosos. Décadas depois de Thrasher e Becker, a pesquisa etnográfica tem sido caracterizada como uma espécie de metodologia alternativa radical e fechada em si mesma, um contrapeso cuidadosamente ajustado para os métodos da *survey* e da estatística. Essa reificação dos métodos qualitativos reflete, em parte, a tendência identificada pelo filósofo da ciência Paul Feyerabend (1975): a tendência de imaginar, *post hoc*, que o trabalho da disciplina no passado deve ter antecipado a disciplina atual, de modo a lhe atribuir a racionalidade e a certeza teleológica que ela nunca teve. Esse sentimento totalizador presente no campo da pesquisa etnográfica deriva também, ironicamente, do estigma da disciplina que os etnográficos de hoje carregam; como em *Jovens delinquentes*, de Albert Cohen (1955), eles sabem muito bem que o parâmetro de medição da criminologia ortodoxa não os considera bons o bastante. E, então, eles o invertem, reivindicando que a etnografia constitua o padrão real de método rigoroso. Para outros pesquisadores qualitativos, o estigma disciplinar não leva à inversão pela imitação, na esperança de que, se a pesquisa qualitativa puder de algum modo se assemelhar mais à pesquisa quantitativa, se ela puder ser melhorada por esquemas científicos e autovalidada, ela poderá ser legitimada.

Assim, por uma série de razões históricas e disciplinares, a etnografia corre o risco de se tornar apenas mais um fetiche metodológico, apenas outro capítulo nos manuais de metodologia, apenas mais um conjunto de procedimentos dis-

poníveis para pesquisa, merecedores de infinitas reificações, refinamentos e discussões. Como sabem todos os bons etnógrafos – embora nem sempre o admitam abertamente por razões de sobrevivência acadêmica –, o profundo engajamento do pesquisador de campo com os temas e os cenários torna qualquer prescrição metodológica prévia a mais provisória possível. Em realidade, as técnicas de pesquisa etnográfica não são implementadas; elas são negociadas com os temas, inventadas e reinventadas *in loco*, e não raro descartadas no perigoso, ambíguo e interativo processo de pesquisa de campo (FERREL e HAMM, 1998). “A regressão OLS” pode ser uma técnica de análise estatística e, “fazendo um bom diário de campo”, uma técnica de etnografia. Mas enquanto a primeira segue o protocolo para a manipulação de dados, a segunda segue os ritmos incertos das interações humanas embaixo das pontes, nos becos e nos tribunais. Manuais de metodologia e seminários de pós-graduação em pesquisa qualitativa à parte, a viabilidade etnográfica permanece mais próxima das experiências “impressionistas, humanistas e artísticas” (ADLER e ADLER, 1998, p. xii) de Becker (1963), no embalo do jazz, ou de Polsky (1967), circulando por salões de sinuca imundos, do que as metodologias formalizadas das pesquisas de opinião ou das experimentações clínicas.

Com o surgimento das orientações pós-modernas e reflexivas/autoetnográficas nas últimas décadas, pelo menos alguns pesquisadores e teóricos agora admitem que a etnografia é, por natureza, um empreendimento fluido e idiossincrático. Nesse contexto, há, para alguns estudiosos, um crescente reconhecimento – e até mesmo celebração – da etnografia como uma perspectiva diferente da rigidez abstrata dos métodos “científicos” sociais. Essa percepção de fluidez e de abertura se aplica inclusive ao tema da pesquisa etnográfica; enquanto antes se imaginava que o rigor etnográfico poderia capturar a totalidade de um grupo ou uma cena claramente definida, atualmente muitos pesquisadores falam de pesquisa etnográfica como um processo incerto em sintonia, em paralelo, com a incerteza dos grupos contemporâneos e suas circunstâncias. Ao contrastar a tradição da ciência social de “orientação técnica” com as noções pós-modernas de fluidez e ambiguidade, Peter Manning (1995, p. 246) ar-

gumenta que essas noções podem ser úteis para orientar a etnografia para o “caráter emergente, frágil e reflexivo da vida moderna...” Percebe Manning (1995, pp. 249-251) que etnografias de tais circunstâncias podem, por sua vez, explicar as “perversidades fundamentais e a *imprevisibilidade* da conduta humana” por meio da compilação de “fragmentos e pedaços de eventos” em uma “etnografia da experiência” inacabada. Imprevisibilidade, fragilidade e fragmentação constituem um contraponto revigorante para qualquer fetichização da etnografia como conjunto mágico de manobras técnicas.

Juntamente com a revitalização da pesquisa etnográfica em geral, a emergência da criminologia cultural igualmente provocou uma certa reinvenção da prática etnográfica. Em sua recente publicação *Cultural Criminology: An Invitation*, Ferrell, Hayward e Young (2008) delineiam duas espécies de etnografias que surgem da criminologia cultural em resposta ao turbilhão de possibilidades da tardia e líquida modernidade (Bauman, 2000). A *etnografia do instante* denota uma etnografia de momentos e significados efêmeros. Ela confronta ainda outra hipótese convencional subjacente à noção de método etnográfico como experiência totalizadora: a noção de que grupos sociais e situações estáveis devem ser estudados com investigação etnográfica contínua. Fazendo eco à conceituação de Katz (1988) sobre as seduções situacionais dos crimes e aos trabalhos de Lyng (1990, 2005) e de Ferrell (1996, 2005) sobre os momentos de risco e adrenalina das atividades ilícitas, a etnografia do instante sugere documentar não grupos ou organizações, mas, em vez disso, os momentos precisos em que crime e controle do crime são negociados. E isso implica, ainda, que o etnógrafo deve se tornar parte dessas negociações, deve “mergulhar na vizinhança do crime” (FERRELL, 1996), penetrar no interior de instantes tão frágeis e fugazes, que os envolvidos frequentemente acreditam serem efêmeros e inefáveis (FERRELL, MILOVANOVIC e LYNG, 2001). Nesse sentido, a etnografia do instante igualmente se torna uma etnografia das performances (CONQUERGOOD, 2002, GAROT, 2007), por meio das quais integrantes de gangues, policiais ou vítimas constroem e afirmam suas identidades.

A *etnografia líquida*, de modo semelhante, também sugere uma útil desestabilização do “método” etnográfico e das fronteiras que separam pesquisadores dos temas e sujeitos pesquisados⁶. A etnografia líquida é a etnografia das populações libertadas da estabilidade do tempo e do espaço em virtude da imigração global, do emprego temporário e das comunicações virtuais; é a etnografia sintonizada menos com as afiliações duráveis do que com as fidelidades transitórias. Além disso, a etnografia líquida flui com a interação mutável entre imagens em ambientes midiáticos saturados, com a interação entre o pesquisador, os temas etnográficos e o ativismo social que dá vida ao melhor da pesquisa de campo. A recente fusão realizada por Ferrell (2006, p. 1) entre “pesquisas de campo e estilos de vida alternativos”, como o caso de um catador de lixo desempregado, pode ser um exemplo. A pesquisa de David Brotherton, Luis Barrios e seus assistentes certamente constitui outro exemplo (BROTHERTON e BARRIOS, 2004, 2009). Ela documenta a interação política entre as “gângues”, a política de imigração norte-americana, a mobilização nas ruas e o ativismo global – tudo isso ao mesmo tempo em que critica as imagens convencionais das gângues e incorpora representações visuais alternativas. De igual maneira, Maggie O’Neill (2004, p. 220) e seus assistentes utilizam “pesquisas participativas”, “práticas performáticas” e variadas formas de arte e fotografia em um trabalho colaborativo com prostitutas, imigrantes, pessoas que buscam asilo político e outras populações marginalizadas, inventando, assim, formas de trabalho de campo que podem afiliar o próprio pesquisador às comunidades mais transitórias e eventuais.

Se a experiência prática da pesquisa etnográfica de campo distancia a criminologia do “método” – entendido como conjunto de protocolos e técnicas dos quais se pode lançar mão –, essas reconceitualizações recentes os afastam ainda mais. Ao tornar menos precisas as fronteiras entre pesquisador e sua pesquisa, confundir pesquisa engajada com engajamento político e desestabilizar a moldura temporal e espacial do processo de pesquisa, elas prenunciam a morte do próprio método e sugerem que a etnografia, em lugar de existir como “método” de pesquisa, na verdade apresenta-se

6 O termo utilizado pelo autor é “research subjects”. Ocorre que “subjects” indica tanto pessoas como temas ou assuntos. Desta forma, optou-se por inserir na tradução ambos os termos, pois o texto utiliza “subjects” de forma a compreender ambos os significados. (N.T.)

mais útil como *sensibilidade* sobre o mundo exterior e como *sensitividade* a suas ambiguidades matizadas. Essa sensibilidade etnográfica orienta o criminólogo na contínua e simbólica construção de significados, bem como nos ambientes emocionais compartilhados em que esses significados são produzidos, sempre promovendo uma sensibilidade de pesquisa para a abertura, a atenção e a humildade epistemológica. Conceituar a etnografia como algo entrelaçado com a performance e a persuasão a reposiciona, por sua vez, como parte de um objetivo mais amplo: o objetivo máximo do etnógrafo de comunicar-se com os outros – leitores, observadores e membros da comunidade – em favor do engajamento humanístico e da progressiva transformação social. Ao ser vivenciada pelos etnógrafos e incorporada nas novas orientações voltadas à inquirição instantânea e à pesquisa líquida, a etnografia desaparece como método e emerge como forma de viver e de ser no mundo, mais como orientação ontológica do que como técnica metodológica.

Uma outra reorientação certamente aplica o *coup de grace* a qualquer fetichismo metodológico, a qualquer crença persistente de que grupos-controle e dados cuidadosamente quantificados – ou, nesse caso, técnicas preordenadas de pesquisa etnográfica – constituem vias adequadas para a compreensão criminológica. Para dizer claramente: essa nova reorientação implica reconhecer que, mais vezes que se costuma admitir, a boa pesquisa constitui aquilo que poderíamos denominar “um esplendoroso engano” (O’CONNOR e PIRRONI, 1990). A etnógrafa Stephanie Kane (1998, pp. 142-43), por exemplo, faz eco à ideia de Manning sobre a “perversidade fundamental e a imprevisibilidade da conduta humana”, argumentando que “momentos caóticos, de condições extremas ou inusitadas” invariavelmente oferecem valiosos *insights* sobre as condições sociais. Indica a autora que erros e desvios de rotas na pesquisa e momentos de acasos fortuitos devem ser valorizados – talvez até mesmo buscados pelos pesquisadores. Ninguém menos que o criminólogo (e sociólogo da ciência) Robert Merton (*apud* Cullen e Messner, 2007, p. 6) percebeu as “diferenças entre as versões finais dos trabalhos científicos e o verdadeiro curso da pesquisa. O artigo ou monografia científica parece, de modo geral, imaculado. Ele pouco ou nada reproduz dos saltos intuitivos,

dos falsos inícios, dos erros, das conclusões equivocadas e dos acidentes felizes da desordem que a investigação é na verdade”. E ainda é possível invocar Kandinsky, Man Ray, Duchamp, Rauschenberg, Pollock e Kooning, artistas cujos trabalhos inovadores – agora sabemos – nasceram de erros e falsas percepções, de máquinas de impressão quebradas e de tubos de tinta rompidos, embora, como diz o crítico de arte Carter Ratcliff, “esses fatos não fizessem parte do caminho que propuseram traçar” (*apud* LOVELACE, 1996, p. 119).

Morte ao método, portanto.

Esses exemplos sugerem, como também o faz Feyereabend (1975) em sua história crítica da ciência moderna, que o “método” e aqueles que o fetichizam como salvaguarda contra o erro e a subjetividade, invariavelmente ignoram os *insights* e inibem a criatividade. No fim das contas, o fracasso do método acaba sendo o melhor método (FERRELL, 2004, 2009). Ou, como indicou o anônimo punk contraven-tor autor do livro *Evasion* (2003, p. 12): “eu sempre desejei secretamente que as coisas não saíssem como planejado. Dessa maneira, eu não ficava limitado por minha imaginação. Assim, tudo pode e sempre pôde acontecer”.

Coda, conforme apresentado pelo Schwarze Kapelle

E então, mais uma vez, quando nada sai como planejado, você acaba na prisão.

Durante a Segunda Guerra Mundial, um grupo formado por cidadãos, diplomatas e oficiais alemães decidiu que a única esperança para a Alemanha – e para o mundo – era depor Hitler, inclusive assassiná-lo se necessário. O nome dado pela Gestapo a este grupo informal era Schwarze Kapelle – a Orquestra Negra. Entre seus integrantes estava o brilhante teólogo Dietrich Bonhoeffer. Devido a uma séria de infortúnios, os planos para matar Hitler falharam. Os membros do grupo foram cercados, aprisionados, torturados e mortos.

Mesmo depois de ser capturado, sentado na cela, aguardando sua execução, Bonhoeffer (1972, p. 280) não questionou seu comprometimento com o plano, mas começou a reconsiderar a natureza da religião, da fé e da existência. Em uma carta enviada a seu amigo Eberhard Bethge, escreveu

que talvez a religião fosse somente “uma forma historicamente condicionada e passageira da expressão humana”, que não deveria ser confundida com o Cristianismo em si. Indagou a Bethge: “Se a religião é apenas o manto do Cristianismo – e sendo esse manto percebido de modo diferente em diferentes épocas – então o que é o Cristianismo sem a religião?”

Este ensaio não coloca em questão o curso da vida ou da morte; nem faz quaisquer considerações teológicas. Ainda assim, o paralelo é irresistível. Sentado na prisão intelectual que a criminologia ortodoxa representa nos dias de hoje, não podemos evitar o questionamento: seria o “método” apenas um manto da criminologia, uma construção transitória, que não deve ser confundida com a imaginação criminológica em si? E se o for, o que pode a criminologia se tornar sem ela?

Referências

- ADLER, Pattie [e] ADLER, Peter. (1998), "Foreword". Em: FERRELL, Jeff e HAMM, Mark (org). *Ethnography at the Edge*. Boston, Northeastern.
- BAUMAN, Zygmunt. (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge, Polity.
- BECKER, Howard. (1963), *Outsiders*. Nova York, Free Press.
- BONHOEFFER, Dietrich. (1972), *Letters and Papers from Prison*. Nova York, Macmillan.
- BROTHERTON, David [e] BARRIOS, Luis. (2004), *The Almighty Latin King and Queen Nation*. Nova York, Columbia University Press.
- _____. (2009), "Displacement and Stigma: The Social-Psychological Crisis of the Deportee". *Crime, Media, Culture*, Vol. 5, nº 1.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. (1996), "Everett Hughes and the Chicago Tradition". *Sociological Theory*, Vol. 14, nº1, pp. 3-29.
- COHEN, Albert. (1955), *Delinquent Boys*. Nova York, Free Press.
- COHEN, Stanley. (1972). *Folk Devils and Moral Panics*. Londres, MacGibbon and Kee.
- CONQUERGOOD, Dwight. (2002), "Lethal Theatre: Performance, Punishment, and the Death Penalty". *Theatre Journal*, Vol. 54, nº 3, pp. 339-367.
- CULLEN, Francis [e] MESSNER, Steven. (2007), "The Making of Criminology Revisited: An Oral History of Merton's Anomie Paradigm". *Theoretical Criminology*, Vol. 11, nº 1, pp. 5-37.
- EVASION. (2003), Atlanta, CrimthInc.
- FERRELL, Jeff. (1996), *Crimes of Style*. Boston, Northeastern University Press.

- _____. (2004), "Boredom, Crime, and Criminology". *Theoretical Criminology*, Vol. 8, nº 3, pp. 287-302.
- _____. (2005), "The Only Possible Adventure: Edgework and Anarchy". Em: LYNG, Steven (org). *Edgework*. Nova York, Routledge.
- _____. (2006), *Empire of Scrounge*. Nova York, New York University Press.
- _____. (2009), "Cultural Criminology: The Loose Can[n] on". Em: MCLAUGHLIN, Eugene [e] NEWBURN, Tim (orgs). *The Sage Handbook of Criminological Theory*. Londres, Sage.
- _____. [e] HAMM, Mark (orgs). (1998), *Ethnography at the Edge*. Boston, Northeastern University Press.
- _____. HAYWARD, Keith [e] YOUNG, Jock. (2008), *Cultural Criminology: An Invitation*. Londres, Sage.
- _____. MILOVANOVIC, Dragan e LYNG, Steven. (2001), "Edgework, Media Practices and the Elongation of Meaning". *Theoretical Criminology*, Vol. 5, nº 2, pp. 177-202.
- FEYERABEND, Paul. (1975), *Against Method*. Londres, Verso.
- GAROT, Robert. (2007), "'Where You From!': Gang Identity as Performance". *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 36, nº 1, pp. 50-84.
- HOLMES, Oliver Wendell. (1858), "The Chambered Nautilus". *The Complete Poetical Works of Oliver Wendell Holmes*. Boston, Houghton Mifflin.
- KANE, Stephanie. (1998), *Reversing the Ethnographic Gaze*. Em: FERRELL, Jeff [e] HAMM, Mark (orgs). *Ethnography at the Edge*. Boston, Northeastern University Press.
- KATZ, Jack. (1988), *Seductions of Crime*. Nova York, Basic Books.
- LOVELACE, Carey. (1996), "Oh No! Mistakes into Masterpieces". *ARTnews*, Vol. 95, nº 1, pp. 118-121.

LYNG, Steven. (1990), "Edgework". *American Journal of Sociology*, Vol. 95, nº 4, pp. 851-886.

_____. (org.). (2005), *Edgework*. Nova York, Routledge.

MANNING, Peter. (1995), "The Challenge of Postmodernism". Em: VAN MAANEN, John (org). *Representation in Ethnography*. Thousand Oaks, Sage.

MAZOWER, Mark. (2008), "Mandarins, Guns and Money". *The Nation*, Vol. 287, nº 10 (6/10), pp. 36-41.

NAGIN, D. (2007), "Moving Choice to Center Stage in Criminological Research and Theory: The American Society of Criminology 2006 Sutherland Address". *Criminology*, Vol. 45, nº 2, pp. 259-272.

O'CONNOR, Sinead [e] PIRRONI, Marco. (1990), "Jump in the River". *I Do Not Want What I Haven't Got*. EMI.

O'NEILL, Maggie. (2004), "Crime, Culture and Visual Methodologies: Ethno-mimesis as Performative Praxis". Em: FERRELL, Jeff et alii (orgs). *Cultural Criminology Unleashed*. Londres, GlassHouse.

OJJDP (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention). (1999), *1996 National Youth Gang Survey*. Washington, U.S. Department of Justice.

OUSEY, Graham [e] WILCOX, Pamela. (2007), "The Interaction of Antisocial Propensity and Life-Course Varying Predictors of Delinquent Behavior: Differences by Method or Estimation and Implications for Theory". *Criminology*, Vol. 45, nº 2, pp. 313-354.

POLSKY, Ned. (1967), *Hustlers, Beats and Others*. Nova York, Anchor.

SCHRECK, Christopher; STEWART, Eric [e] OSGOOD, Wayne. (2008), "A Reappraisal of the Overlap of Violent Offenders and Victims", *Criminology*, Vol. 46, nº 4, pp. 871-906.

THRASHER, Frederic. (1927), *The Gang*. Chicago, University of Chicago Press.

WADSWORTH, Tim [e] ROBERTS, John. (2008), "When Missing Data Are Not Missing". Em: MIN, Xie [e] MCDOWALL, David. "Escaping Crime: The Effects of Direct and Indirect Victimization on Moving". *Criminology*, Vol. 46, nº 4, pp. 809-840.

YOUNG, Jock. (1971), *The Drugtakers*. Londres, Paladin.